



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RAFAEL SERAFIM FERREIRA**

**PERCEÇÃO NAS VANTAGENS E DESAFIOS NA CONFORMIDADE ÀS  
NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR  
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO**

**MONTEIRO – PB**

**2021**

**RAFAEL SERAFIM FERREIRA**

**PERCEPÇÃO NAS VANTAGENS E DESAFIOS NA CONFORMIDADE ÀS  
NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR  
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Contabilidade – DECON, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus VI, Monteiro – PB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

**Orientador:** Prof. MSC. José Humberto do Nascimento Cruz

**MONTEIRO - PB**

**2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F345p Ferreira, Rafael Serafim.

Percepção nas vantagens e desafios na conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no município de São Sebastião do Umbuzeiro [manuscrito] / Rafael Serafim Ferreira. - 2021.

24 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2021.

"Orientação : Prof. Me. José Humberto do Nascimento Cruz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Contabilidade pública. 2. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). 3. Município de São Sebastião do Umbuzeiro (PB). I. Título

21. ed. CDD 657.61

**RAFAEL SERAFIM FERREIRA**

**PERCEPÇÃO NAS VANTAGENS DESAFIOS NA CONFORMIDADE ÀS NORMAS  
BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO NO  
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Contabilidade – DECON, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus VI, Monteiro – PB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Pública

Aprovada em: 07/10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. MSC. José Humberto do Nascimento Cruz (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Mamadou Dieng  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. MSC. Ismael Gomes Barreto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>7</b>
2.1	A CONTABILIDADE PÚBLICA .....	7
2.2	A CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA.....	7
2.3	PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS .....	9
2.4	AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	11
2.5	ESTUDOS CORRELATOS.....	13
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>15</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	15
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	15
3.3	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	16
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>19</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>20</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>22</b>

# PERCEÇÃO NAS VANTAGENS E DESAFIOS NA CONFORMIDADE ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

Rafael Serafim Ferreira<sup>1</sup>

## RESUMO

A contabilidade pública no Brasil passou por diversas mudanças ao longo das últimas décadas para se adequar aos padrões internacionais, que servem para padronizar as informações com qualidade e eficácia para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) foram criadas para dá maior adequação das atividades contábeis no Brasil quanto as Normas Internacionais, para se ter confiabilidade da informação, transparência, melhor adequação pelos usuários e demais benefícios. O objetivo deste estudo foi investigar como o Município de São Sebastião do Umbuzeiro está realizando o processo de convergência às NBCASP. Como metodologia foi utilizado um estudo de caso, com aplicação de um questionário, preenchido por responsáveis pelo departamento de contabilidade e controladoria em São Sebastião do Umbuzeiro, estado da Paraíba, para observação dos principais desafios para implantação das NBCASP no município pesquisado. A conclusão apontou que o município teve, e ainda tem, muitas dificuldades e desafios a serem vencidos na implantação total das NBCASP no referido município, seja pelo número de profissionais reduzidos, falta de qualificação e terceirização dos serviços contábeis, que impediu se adequar em alguns serviços, como a não disponibilidade de um sistema de Controle do Ativo Imobilizado e a inexistência de um sistema de informação de custos.

**Palavras-chave:** NBCASP. Dificuldades. Contabilidade Pública.

## ABSTRACT

Public accounting in Brazil has undergone several changes over the past decades to adapt to international standards, which serve to standardize information with quality and efficiency for the Union, States, Federal District and Municipalities. The Brazilian Standards Applied to the Public Sector (NBCASP) were created to provide greater adequacy of accounting activities in Brazil as compared to International Standards, in order to have information reliability, transparency, better adequacy by users and other benefits. The aim of this study was to investigate how the Municipality of São Sebastião do Umbuzeiro is carrying out the process of convergence to NBCASP. As a methodology, a case study was used, with the application of a questionnaire, filled out by those responsible for the accounting and controllership department in São Sebastião do Umbuzeiro, state of Paraíba, to observe the main difficulties/challenges for the implementation of NBCASP in the researched municipality. The conclusion pointed out that the municipality had, and still has, many difficulties and challenges to be overcome in the full implementation of NBCASP in that municipality, whether due to the reduced number of professionals, lack of qualification and outsourcing of

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro-PB. E-mail: rafael.ssu@hotmail.com.

accounting services, which prevented it from being adequate in some services, such as the non-availability of a Fixed Asset Control system and the inexistence of a cost information system.

**Keywords:** NBCASP. Difficulties. Public Accounting.

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira passou por diversas mudanças com o passar das últimas décadas, desde o início do processo de convergência contábil até as normas internacionais que apontaram direções para o desenvolvimento da contabilidade do contexto atual. De acordo com Monteiro e Leitão (2019) a contabilidade, quanto ciência social, deve buscar uma sincronização e uniformidade nas ações no universo dos negócios, de modo que deveria ser capaz de gerar um ambiente de comunicação, um padrão de mensuração e evidenciação de informações, em todos os alcances de tempo e espaço.

Foi nesse cenário, que a contabilidade passou por mudanças, na busca de aplicação na administração pública para se ter maior transparência, eficácia e eficiência, levando a harmonização das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, e assim, se estabilizou a contabilidade pública no Brasil. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) trabalhou para a implantação dos serviços contábeis de acordo com as normas internacionais, criadas no início do século XXI.

Desta forma, o Brasil passou a trabalhar de acordo com as normas internacionais de contabilidade, que são fundamentadas para ter regulamentação e transparência, e para isso foram criadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). De acordo com Costa, Nunes e Almeida (2016) trata-se de um plano de contas único para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para se ter um controle mais efetivo, e assim, o cidadão poderia analisar e comparar as demonstrações contábeis das entidades governamentais com maior transparência, e assim contemplar a nova contabilidade aplicada ao setor público.

O principal objetivo das NBCASP é: “estabelecer regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previstos na Resolução 560/83, em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade” (CFC, 2009, p. 3). Vale salientar que a Resolução 560, de 28 de outubro de 1983, regulamenta a profissão de contador.

Perdigão e Teles (2019) afirmam que foi dado um prazo para as entidades públicas divulgassem suas demonstrações contábeis de acordo com as exigências das NBCASP, e contudo foi publicado a portaria STN nº 548 de 2015, que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, na qual os procedimentos patrimoniais deveriam ser consolidados das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base, e respeitando os prazos-limites para implantação.

Diante das mudanças e das novas adequações impostas pela contabilidade pública, seja na forma de lidar com os negócios ou nos processos de informação, é natural que ocorra problemas ou resistências à serem vencidos para implantação efetiva das convergências internacionais, que identificam a tendência que as entidades internacionais utilizam para padronização e facilitar a compreensão e as mudanças de processos (MONTEIRO; LEITÃO, 2019).

Porém, os desafios devem ser identificados, gerenciados e extinguidos, de modo a estabelecer a padronização dos procedimentos contábeis adotados pela federação, e impostos no tempo hábil diante das normas brasileiras de contabilidade, visando os aspectos legais de

convergência para normas internacionais, adequação das contas públicas, instrumentalização do controle interno, externo e social, e ainda lidar com as atualizações e normatizações para estarem dentro dos padrões internacionais estabelecidos.

Assim, este estudo se torna relevante para que os profissionais da contabilidade conheçam as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que norteiam o trabalho do contador e demais profissionais das finanças que atuam em órgãos públicos, como prefeituras, câmaras municipais, secretarias estaduais, universidades públicas e outros. Porém, como visto, existem desafios e repressões para que as atividades da contabilidade pública, relacionada às NBCASP, fluam de acordo com as recomendações internacionais, e muitos destas dificuldades envolvem o gestor público, a falta de estrutura física e profissional de entidades governamentais e outros, que impedem um enquadramento normativo, para tomadas de decisões eficientes e eficazes quanto a gestão governamental. Considerando os municípios com menor população, a pesquisa torna-se essencial para que se conheça como está ocorrendo esta adequação às NBCASP, considerando, em muitos casos, a limitação de profissionais contábeis, a terceirização dos serviços relacionados a contabilidade pública, a falta de estrutura e de profissionais, dentre outras situações próprias de cidades pequenas do cariri ocidental paraibano.

Após a criação das NBCASP muitos processos tiveram que ser adotados pelo setor público, envolvendo desafios que tiveram de ser enfrentados para estar de acordo com tais normas, pois suas constantes alterações e a rigidez por parte dos funcionários e gestores públicos ainda insistiam em não ser aceitas. A partir desta situação, sobre a atualização de órgãos públicos diante da contabilidade pública, a questão-problema deste estudo é: **Quais são as vantagens e os desafios enfrentados pelo município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB para estar em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?**

Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral investigar como o Município de São Sebastião do Umbuzeiro está realizando o processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor. Para tal, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Analisar as mudanças e inovações relacionadas às NBCASP; Analisar como ocorreu a adesão das NBCASP pelo município de São Sebastião do Umbuzeiro; e verificar a percepção do profissional da área de contabilidade em departamento de contabilidade e controladoria na Prefeitura de São Sebastião de Umbuzeiro sobre os benefícios e os desafios durante e após a adesão às NBCASP.

Este estudo está dividido em quatro partes, além da introdução e das referências abordadas. A primeira parte é o referencial teórico, que apresenta a descrição da contabilidade pública a partir de atores e órgãos internacionais e a contabilidade pública brasileira e sua constituição, bem como, mostra o processo de convergências as Normas Internacionais de Contabilidade Pública e a descrição destas NBCASP que foram adotadas no Brasil, levando as empresas a se adequarem a elas. Ainda, este primeiro tópico mostra estudos correlatos ao tema abordado neste artigo. A segunda parte apresenta a metodologia utilizada para realização do estudo; a terceira apresenta os resultados e discussão dos dados coletados na pesquisa e por fim a conclusão do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade aplicada ao setor público é uma área específica da ciência social aplicada, organizada por meio de um sistema de informação e subsistemas orçamentários,



patrimonial, custos e de compensação, reunindo informações diversas de produto final, sobre o patrimônio público (IFAC, 2012). Todo este sistema faz parte da contabilidade pública, que passa por convergência ao modelo Internacional desenvolvido pela *International Federation of Accountants* (IFAC), que é considerado um sistema normativo de alta qualidade.

O IFAC é uma organização global para a profissão contábil. Fundada em 1977, com missão de servir ao interesse público e fortalecer a profissão contábil ao redor do mundo. Engloba mais de 160 entidades associadas em aproximadamente 125 países, dentre eles o Brasil. Apresenta um conjunto de normas profissionais internacionais referentes a auditoria, asseguração, ética, educação e normas para a elaboração de demonstrações contábeis para os setores público e privado (GAMA; DUQUE; ALMEIDA, 2014).

Zeff (2007) afirma que a internacionalização da contabilidade aplicada ao setor público ganhou destaque internacional em 1977 com a IFAC, com a finalidade de fortalecer mundialmente a contabilidade no referido setor, na tentativa de impor regras, reconhecimento, mensuração, apresentação, evidenciação e transações a partir de eventos de demonstrações contábeis para fins gerais.

## 2.2 A CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

A contabilidade pública é descrita por Mendes (2019) como sendo um ramo da Ciência Contábil aplicada na administração pública, com técnicas de registros dos atos e fatos administrativos, envolvendo resultados e elaborando relatórios periódicos, tudo de acordo com as normas e princípios gerais de finanças públicas e os princípios da contabilidade.

Morozini e Souza (2019) afirmam que a contabilidade pública é o ramo da Contabilidade que estuda o patrimônio que está disposto nas entidades públicas, e fornece subsídios para tomadas de decisões e prestação de contas dos responsáveis por bens e valores a eles confiados, além de formas de organizar balanços e respectivos ativos. Da mesma forma que Rosa et al. (2018) dizem que a contabilidade pública atua no mecanismo de controle na execução do orçamento das entidades governamentais, visando o registro de movimentações orçamentárias, financeira e patrimonial em aplicações dos recursos públicos.

Até o final do século XX a contabilidade pública era considerada importante para apenas os aspectos orçamentários e financeiros, que envolvia basicamente o estudo da receita, da despesa e do crédito público, a execução e a análise de fluxo financeiros dos recursos indispensáveis à satisfação das necessidades e o desenvolvimento do Estado (MENDES, 2019). Existiam leis que davam maior visibilidade a estes pontos, como a Lei 4.320/1964 (normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal).

Sauerbronn e Silva (2017) afirmam que na década de 80 o Brasil buscou ter maior controle das finanças públicas nacionais, criando órgãos importantes, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e separou o Banco Central do Brasil e o tesouro Nacional. Passou a se considerar uma contabilidade informacional, criando o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), para ordenar e padronizar os registros contábeis, para solucionar problemas decorrentes da inadequação do sistema de execução orçamentária, financeira e contábil.

Assim, com maior visibilidade dada a economia mundial e a expansão do mercado financeiro, houve a necessidade da criação de uma contabilidade mais criteriosa, uniforme e homogênea, para constituição de informações transparentes, confiáveis e comparáveis para ser tomadas decisões precisas e certas. Nesse processo, foi criado as chamadas *Internacional Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) - Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que são normas a nível internacional, que

determinavam demonstrações contábeis com maior qualidade e preparação voltadas para entidades do setor público (MENDES, 2019).

Moura, Nascimento e Viotto (2021) apresentam que em 1988 a STN promoveu a substituição da Conta Movimento do Governo Federal no Banco do Brasil (BB) pela Conta Única do Tesouro Nacional no Banco Central (BACEN). Já no final da década de 1990 iniciou-se o planejamento para convergência internacional das normas de contabilidade, iniciando com as empresas e posteriormente seria direcionado ao setor público.

Desta forma, a Contabilidade Pública brasileira passou por diversas mudanças, e ainda está passando por um processo de atualização na sua forma de atuação diante das políticas públicas, com mudanças que são mais evidentes no orçamento e nos aspectos patrimoniais.

Marques (2017) afirma que a Contabilidade aplicada ao setor público passa por um processo de modificação normativa durante o início do século XXI, que tem relação direta com as mudanças culturais e organizacionais, para ampliação da qualidade e quantidade de informações a serem trabalhadas, bem como disponibilizadas, para permitir uma avaliação do desempenho organizacional mais preciso, nos termos da eficiência e da execução correta.

Morozini e Souza (2019) apontam que a contabilidade é importante para a Administração Pública, uma vez que tem grande destaque na confiabilidade na transparência das contas públicas, na previsão e execução orçamentária, nos registros contábeis, na elaboração de relatórios financeiros, econômicos, patrimoniais e no controle interno de órgãos e departamentos, além no auxílio da gestão da entidade.

A contabilidade pública, por se tratar de uma forma de controle formal da administração pública, legaliza os atos administrativos do gestor público e permite fazer um levantamento estatístico preciso nas contas públicas em nível nacional. Para tanto, é necessário considerar as mudanças e atualizações nas normas e publicações nacionais que foram relevantes para mudanças neste setor.

O primeiro foi a Lei nº 4.320/1964 que estabeleceu normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos estados, dos Municípios e do Distrito Federal. É considerado o Estatuto das Finanças Públicas, para elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos e das demonstrações contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais) (MENDES, 2019).

Os modelos contábeis vinculados ao setor público brasileiro eram utilizados a partir das recomendações da Lei nº 4.320, de 1964, que descreve as normas de Direito Financeiro a serem considerados para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sendo posteriormente promulgados pela Constituição Federal de 1988, contemplando nos Art. 163 e 165 sobre as finanças públicas.

Outra foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regida pela Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas direcionadas a responsabilidade na gestão fiscal, com objetivo de definir limites para o endividamento público e as despesas com pessoal, ampliação da transparência da gestão fiscal e outros.

Após este período, Moura, Nascimento e Viotto (2021) afirmam que a contabilidade pública durante o início do século XXI ainda passava por problemas, principalmente na falta de harmonização da informação contábil, no registro sem uniformidade, na interpretação das demonstrações contábeis e no equívoco na avaliação orçamentária, na contabilização mista (receita x caixa e despesas x competência modificada), o que necessitou a convergência das normas da contabilidade pública ao padrão internacional, na tentativa de solucionar tais questões.

Marques et al. (2018) afirmam que de um ponto de vista patrimonial do setor público a contabilidade governamental viabilizou mudanças, pois havia alguns contadores públicos que

insistiam em não realizar procedimentos patrimoniais cabíveis, a exemplo da ausência da contabilização da depreciação e da reavaliação de ativos.

No entanto, Feijó (2012) destaca que a contabilidade pública brasileira vem passando por um momento de renovação estrutural efetiva e de atualizações, desde 2008, tendo como foco principal o patrimônio público, a transparência de informações e a necessidade de convergência com as normas internacionais IFAC, o que torna uma situação delicada e necessária, para adequação da forma de atuação na contabilidade pública.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) teve grande participação, principalmente em sua reforma em 2008, publicada na Portaria MF nº 184 do Ministério da Fazenda, visando a adequação para os padrões internacionais da contabilidade, dando maior ênfase a gestão da administração pública.

A partir de 2008 a contabilidade pública passou por adequações, após a publicação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), vigente pelas Resoluções nº 1.128 a 1.237 do ano de 2008, na qual destacou a contabilidade aplicada ao setor público como um dos ramos contábil que atribui um processo gerador de informações, princípios fundamentais, e normas contábeis direcionadas especificamente para entidades do setor público.

A criação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) ocorreu em 2008 pelo CFC e contou, inicialmente, com as NBC T 16.1 a 16.10, contemplando práticas a serem desempenhadas por profissionais de contabilidade, e atualizadas com o passar dos anos para complementar e aprimorar a contabilidade aplicada ao setor público, de forma mais detalhada, para um trabalho mais eficaz e eficiente. Estas normas são detalhadas no tópico seguinte.

### 2.3 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AS NORMAS INTERNACIONAIS

Para se ter melhor aperfeiçoamento das informações contábeis, o Brasil, passou a adequar as atividades contábeis para eliminar as diferenças entre os padrões nacionais e internacionais, e também para elevar a transparência na gestão pública, o que possibilita a comparabilidade e identificação da veracidade das informações produzidas (DINIZ et al., 2015).

A convergência de informações, como o orçamento, estatísticas das finanças públicas e da contabilidade nacional, foram necessárias com as IPSAS, na tentativa de esclarecer as informações financeiras produzidas pelas empresas e organizações do setor pública, que se deu por critérios diferentes, gerando assim problemas de interpretação e avaliação por diferentes usuários e gestores, que não tinham, na época, conhecimentos especializados sobre o assunto (LIMA; RÉGIS; SANTOS, 2017).

O processo de convergência aconteceu a partir de 2007, com a publicação do CFC, onde foi apresentado as primeiras recomendações de adaptação da forma de atuar diante da contabilidade no setor público. Porém, com o passar dos anos existiria diferentes atualizações das normas já existentes e criação de novas, de acordo com as necessidades e com a realidade da contabilidade pública brasileira, de modo de dá melhoria quanto à adequação aos normas internacionais.

Para se ter a efetiva adequação para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade foi publicado o decreto nº 6.976, de 2009, na qual apresentou os seguintes objetivos para que empresas e organizações públicas se adequassem a esta nova realidade:

- Estabelecer normas e procedimentos contábeis para a Federação, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do MCASP;
- Manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
- Padronizar as prestações de contas e os relatórios e demonstrativos de gestão fiscal, por meio da elaboração, discussão, aprovação e publicação do MDF;

- Disseminar, por meio de planos de treinamento e apoio técnico, os padrões estabelecidos no MCASP e no MDF para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- Elaborar as demonstrações contábeis consolidadas da União e demais relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

De acordo com Sauerbronn e Silva (2017) foi a partir do ano de 2009 que o tema da convergência da contabilidade aos padrões internacional passou a ter destaque, contemplada com um decreto, no intuito de levar as instituições governamentais a um novo olhar diante da contabilidade aplicada ao setor público, que passou a ser chamada como a nova contabilidade pública.

Nesse período, o STN iniciou a publicação dos MCASP, que regulamentou os procedimentos de contabilidade e os prazos a serem atendidos na administração pública, para ter uma convenção segura quanto as normas internacionais, como visto no quadro seguinte.

**Quadro 01** – Edições Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)

<b>Edição</b>	<b>Ano de Edição</b>	<b>Vigência</b>
1	2008	2009
2	2009	2010
3	2010	2011
4	2011	2012
5	2012	2013
6	2014	2015
7	2016 e 2017	2017
8	2018	2019

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A nova contabilidade pública foi regulamentada pela STN, na qual editou em 2015 o Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), com prazos limites estabelecidos para União, Estados, Distrito Federal e Municípios se adequarem as normas de contabilidade aplicadas ao setor público vigente no Brasil.

Com a publicação das normas, Rosa et al. (2018) afirmam que o objetivo do CFC estaria envolvido a três diretrizes, descritas no documento Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, para o desenvolvimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que deve ocorrer através da parceria entre o CFC e as instituições que atuam com a Contabilidade Pública:

- Diretriz 1 – Promover o Desenvolvimento Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil;
- Diretriz 2 – Estimular a Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS)
- Diretriz 3 – Fortalecer Institucionalmente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Sem desmerecer ou tirar o destaque das outras diretrizes, neste estudo foi dado maior destaque a Diretriz 2, que trata da Convergência Às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Assim, foi criado pela CFC grupos de estudos para analisar e propor Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), para que estas tivessem o mesmo propósito das IPSAS (ROSA et al., 2018).

Dessa forma, a adoção das IPSAS pelo Governo brasileiro ocorreu para ter maior padronização dos padrões nacionais com os internacionais, pois deveria existir uma tendência para a harmonização na contabilidade como ciência social aplicada, que por sua vez atua como área do conhecimento através da normatização de institucionais do país, como os aspectos culturais, sistemas legais e outros.

Lima, Régis e Santos (2017) afirmam que apesar dos avanços no processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais, existiu um período onde esta ação passou por um esfriamento, ocorrido entre 2010 a 2014, marcado pela falta de mecanismos de cobrança para o cumprimento da implantação das normas. Esta situação mostra que durante alguns anos a transição foi lenta, o que necessitaria de maior atenção quanto as práticas contábeis para visibilizar a adequação com as normas internacionais.

A partir desta situação, o CFC publicou em 2016 a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T SP – Estrutura Conceitual, revogando as normas locais e dando maior ênfase as normas internacionais, ou seja, evidenciando uma intenção mais clara de adoção às IPSAS. A partir deste ano, as normas criadas no Brasil, voltadas para a contabilidade pública, estariam alinhadas com as normas internacionais, retirando apenas aqueles pontos que não faziam parte da realidade do sistema contábil brasileiro (LIMA; LIMA; GONÇALVES, 2017).

Estas edições serviram para dá maior adequação com as normas internacionais de contabilidades estabelecidas, e assim dá maior seguridade nos sistemas contábeis, financeiros e estatísticos existentes no âmbito nacional e subnacional nos preceitos e nas regras normativas locais, de modo a favorecer a mensuração, evidenciação e comparabilidade de informações diversas (LIMA; RÉGIS; SANTOS, 2017).

Desse modo, para se ter uma convergência concluída com sucesso, para se ter melhores informações acerca das instituições públicas, é importante que se conheça as normas e estruturas conceituais da contabilidade aplicada no setor público para dá maior atenção na divulgação e elaboração dos relatórios contábeis (PRADO; PAIVA, 2017).

## 2.4 AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As NBCASP foram criadas para dá maior harmonização e homogeneidade ao trabalho do contador em instituições públicas que lidam com o dinheiro público, na tentativa de disponibilizar informações verídicas e confiáveis nos relatórios contábeis, e assim, estar em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

As NBCASP foram criadas para ter uniformização dos procedimentos contábeis internos e o reconhecimento da contabilidade como ciência que estuda o patrimônio, e assim, manter uma estrutura de informação decorrente da execução do orçamento da receita e da despesa (SAUERBRONN; SILVA, 2017).

Assim, todos os governos públicos deveriam atuar de acordo com as NBCASP, principalmente as prefeituras, governos estaduais e federais, tiveram que passar por um processo de convergência para as NBCASP, que deveria ter um prazo a ser cumprido para sua implantação efetiva. Esta mudança teve grande incentivo da modernização da contabilidade pública aplicada a Administração Pública Federal, que por seu crescimento, necessitaria de uma reforma efetiva no aparelho do Estado.

Moura, Nascimento e Viotto (2021) afirmam que o CFC publicou as primeiras normas, denominadas NBC T 16.1 NBC T 16.10, com conceitos estruturais para a contabilidade pública. Esta criação foi realizada pela ausência da padronização dos demonstrativos contábeis das entidades públicas, e passara a ser obrigatório anos depois, de modo a destacar a obrigatoriedade a partir das leis e resoluções publicadas posteriormente.

Estas 10 primeiras Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público foram consideradas como importantes, pelas mudanças das práticas desempenhadas por profissionais de contabilidade em órgãos públicos (MOURA; NASCIMENTO; VIOTTO, 2021). Sedyama, Aquino e Lopes (2017) afirmam que os órgãos públicos, como prefeituras e

demais organizações do setor público, deveriam adotar um novo plano de contas e um novo conjunto de relatórios financeiros diferentes daqueles adotados até o ano de 2008.

Além das NBCASP, que foram de grande valia para a mudança e adequação da forma como lidar com a contabilidade pública, existe o desenvolvimento do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) (ROSA et al., 2018).

De acordo com a MCASP (2017) é evidente que a implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público é relevante para ter maior esforço dos profissionais envolvidos com a gestão pública, para dá maior qualidade aos atos e fatos administrativos.

Oliveira (2018, p. 23) afirma que:

As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as normas propriamente ditas, onde as interpretações técnicas e os comunicados técnicos serão adequados à realidade brasileira, portanto teremos sempre a atualização e a reedição das normas com intuito de atender as mudanças necessárias a qualidade da informação contábil.

Assim, pode-se perceber que os mesmos padrões que são exigidos a níveis internacionais são aplicados no setor público no Brasil, cabendo aos gestores se adequarem à nossa realidade quanto às normas de contabilidade criadas e implantadas, que servem como guia para se encaixar na normatização nacional.

Feijó (2012) afirma que com a criação das NBCASP foi elevado a contabilidade orçamentária a assumir um papel de protagonista na contabilidade das entidades públicas, pois passo a ter maior interação entre a questão imperativa e o fortalecimento do patrimônio público, como senso um objeto de estudo da CASP.

Podemos apreciar a estrutura normativa no quadro seguinte, disponibilizado pelo CFC sobre as NBC TSP aplicadas ao setor público.

**Quadro 02 - NBC TSP – setor público (2018)**

NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	Correlação
			IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 06/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 06/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5

NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 26/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento.	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais.	IPSAS 42
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	não há
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2021)

Existiam prazos previstos pela MCASP (2017) para que todas as organizações públicas se adequem em tempo hábil, em que:

- i) Procedimentos Contábeis Orçamentários (válida para o exercício de 2013);
- ii) Procedimentos Contábeis Patrimoniais (gradualmente até o final do exercício de 2014);
- iii) Procedimentos Contábeis Específicos (adotados pelos entes da Federação em 2013);
- iv) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (até o término de 2014, de forma a utilizar as informações nesse padrão para a consolidação dessas contas em 2015);
- v) Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (até o término de 2014, de com informações no padrão para a consolidação dessas contas em 2015).

Assim, observa-se que a maioria dos prazos deveriam ser realizados até 2015, o que representaria um grande desafio na Contabilidade Pública, que além da questão do tempo a ser cumprido para adequação à nova roupagem, deveria averiguar questões relacionada a estrutura da organização, profissionais contábeis capacitados e qualificados para novas ações e normatizações, estrutura física do setor da contabilidade e controladoria, e outros.

## 2.5 ESTUDOS CORRELATOS

Os estudos levantados mostram que existe dificuldades e desafios diversos a serem vencidos pelos municípios pesquisados, de modo que o tempo, a qualificação dos contadores e a resistência deles e dos líderes munícipes tiveram destaque, além do fato de ser adotadas algumas normas e outras terem tido problemas e está em processo de implantação. Sobre as vantagens, ficou evidente que a conformidade e a praticidade tiveram melhoria, o que levou os contadores a ter uma visão mais ampla da atividade contábil.

A seguir descrevem-se alguns realizados em diferentes municípios do Brasil, para identificação da percepção das vantagens e desafios na conformidade às NBCASP.

**Quadro 03 - Estudos correlatos ao tema.**

<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADOS</b>
Sediyama, Aquino e Lopes (2017)	A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios	Captar como a mensagem de uma reforma compulsória chega em regiões que estão fracamente conectadas com o centro emissor da reforma, observou-se os receptores da mensagem dessas regiões, no caso as prefeituras municipais.	Os contadores das prefeituras assumem uma posição passiva e delegam a responsabilidade pelo processo de adoção. São discutidas as implicações e uma nova direção dos estudos de implementação de reformas similares no Brasil.
Moura, Nascimento e Viotto (2021)	Dificuldades dos municípios da região metropolitana cearense em aderir ao processo de convergência da contabilidade pública: um estudo multicaso	Avaliar as percepções dos municípios brasileiros quanto ao processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais, iniciado em 2008, tendo em vista a importância destes entes federados na prestação primária de bens e serviços públicos à sociedade.	Foram considerados consistentes em evidenciar que 71% dos municípios iniciaram o processo de convergência dentro do prazo estabelecido pela STN, porém apenas 43% declararam-se encontrar preparados para aplicar as NBCASP. Uma das principais dificuldades relacionadas se referem a falta de investimento em capacitação para os técnicos envolvidos e de sistemas próprios para operarem as alterações determinadas pela STN.
Mendes (2019)	Análise do processo de convergência da Contabilidade Pública no Brasil às Normas Internacionais do Setor Público	Descrever e analisar o processo de adaptação da contabilidade pública no Brasil no que tange à sua convergência as Normas Internacionais para o Setor Público.	O processo de transformação contábil enfrenta algumas dificuldades principalmente pela cultura e resistência às mudanças, os profissionais contábeis do setor público deverão estar aptos para empregar as novas normas de padronização, principalmente no que se refere ao registro do patrimônio das entidades públicas. Pode-se perceber que as mudanças das demonstrações no setor público traduziram em informações contábeis mais concisas e transparentes.
Morás e Klann (2018)	Percepção dos contadores públicos do Estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público	Analisar a relação entre a percepção dos contadores públicos sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs) e as características dos contadores e dos municípios do Estado de Santa Catarina.	Os resultados apontam que a maioria dos municípios investigados iniciou o processo de adoção das NBC TSPs em 2014, sendo que o nível de escolaridade, a responsabilidade pela escrita contábil e o número de entidades sob responsabilidade do contador apresentaram-se associadas com a percepção dos contadores públicos sobre as mudanças na adoção das NBC TSPs, as quais podem facilitar bem como criar resistências ao processo de adoção das novas normas.
Oliveira (2018)	As vantagens e dificuldades na adequação às normas Brasileiras de contabilidade aplicada ao setor Público no município de São Bernardo do Campo	Verificar como o Município de São Bernardo do Campo está realizando o processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e quais as vantagens e dificuldades encontradas.	A pesquisa revelou que as normas NBC T 16.6, NBC T 16.7, NBC TSP 04 foram atendidas, e que as normas NBC T SP 03, NBC TSP 05, NBC TSP 07 e NBC TSP 08 estão sendo aplicadas gradativamente, entretanto, há mudanças importantes como as NBC T 16.8 e NBC T 16.11 que são complexas e necessitam um grande desempenho na implementação.
Tres e Zantedeschi	Normas Brasileiras de Contabilidade	Identificar as adequações da contabilidade dos municípios	O estudo deixou claro que, apesar de grande parte dos procedimentos exigidos



(2016)	Aplicadas ao Setor Público: um estudo sobre a adequação dos municípios pertencentes ao Corede Rio da Várzea (RS)	que fazem parte do Corede Rio da Várzea (RS) às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, buscando a convergência aos padrões internacionais.	pelas normas já estar sendo realizado, ainda há muito a fazer para alcançar uma completa convergência aos padrões internacionais. A implantação do sistema de custos, a reavaliação e o ajuste de ativos são exemplos do que ainda deve ser melhorado.
--------	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica com foco em artigos, livros e na legislação específica, no caso as normas brasileiras de contabilidade, vinculado a administração pública, disponibilizadas em órgãos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade, Através desse material será coletado informações sobre as alterações ocorridas na Contabilidade Pública e no processo de adesão das NBCASP.

Foi realizado uma pesquisa com abordagem exploratória, com a necessidade de esclarecer os desafios e vantagens das normas brasileiras de contabilidade para o setor público.

Quanto a abordagem do problema, trata-se de um estudo qualitativo, que concebe análises mais profundas em relação ao fenômeno que está estudando, visando destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo.

Foi utilizado também o método dedutivo, que parte de princípios reconhecidos e inquestionáveis que possibilitam chegar a conclusões formais, seguindo uma única lógica, analisando do geral para o particular.

#### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O município de São Sebastião do Umbuzeiro está localizado no Cariri Ocidental Paraibano, sendo uma cidade no extremo sul da Paraíba, fazendo divisa com o Estado de Pernambuco. Possui um território de 464,327 km<sup>2</sup> e uma estimativa populacional em 2020 de 3.512 habitantes. A cidade apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9.412,43 per capita referente ao ano de 2018, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Por se tratar de um município relativamente pequeno, apenas existe um contador que realiza as atividades para a prefeitura municipal e no setor contábil, e com isso, este representa a amostra deste estudo. Assim, quanto aos procedimentos, classifica-se como um estudo de caso, por ser um tipo de pesquisa que verifica variantes em uma determinada localidade, em um sujeito, instituição, etc., sendo esse o objeto de pesquisa.

#### 3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento para coleta de dados foi um questionário, preenchido por responsáveis pelo departamento de contabilidade e controladoria do Município de São Sebastião do Umbuzeiro. Neste instrumento de pesquisa consta perguntas relacionadas pelas principais mudanças trazidas pela adesão as normas, quais as vantagens alcançadas na visão de tais profissionais e quais dificuldades/desafios encontradas na implantação, se houve ou não a

necessidade de consultoria para subsidiar o processo de convergência, a situação do controle imobilizado, atualização dos bens permanentes e existência de sistema de custos.

A análise dos dados ocorreu a partir das respostas do questionário, elaborando um quadro comparativo das ações estabelecidas no departamento de contabilidade de controladoria sobre a relação com as NBCASP, identificando as dificuldades e vantagens analisadas, considerando a implantação e ações informadas nas NBC TSP e dos prazos presentes na Portaria STN nº 548/2015.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

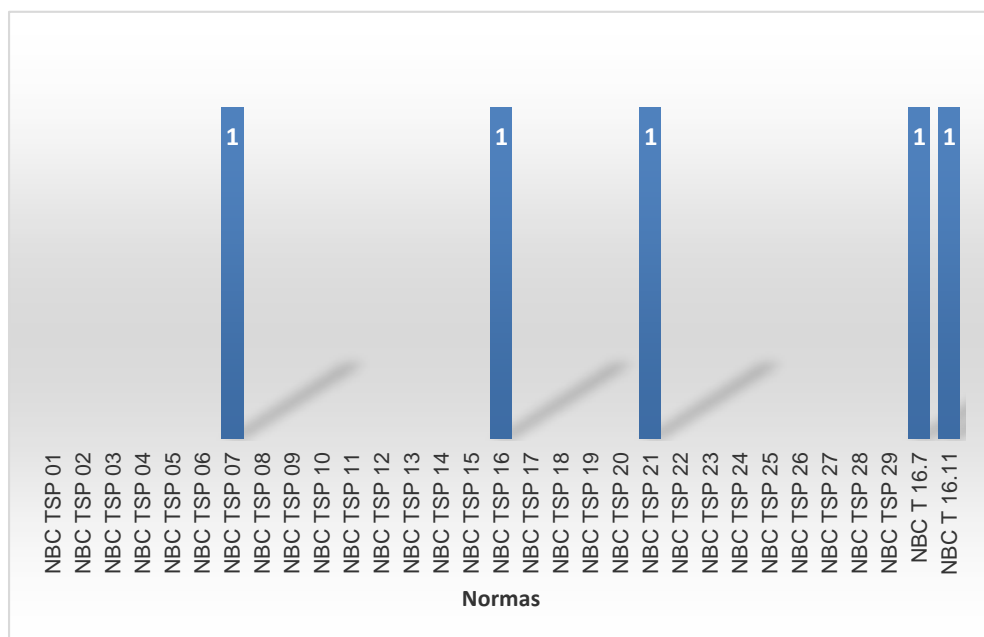
A partir dos dados obtidos com a pesquisa, aplicado com contador terceirizado responsável pelo departamento de contabilidade e controladoria do Município de São Sebastião do Umbuzeiro, foi possível obter alguns resultados sobre a implantação nas NBCASP no referido município.

A primeira pergunta foi sobre quais foram as dificuldades encontradas na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e do Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público no Município, na qual o respondente afirmou que seria pela falta de adequação dos gestores na área de contabilidade e pela falta de pessoal no processo de implantação. O município em questão não contava na época com uma gestão na área da contabilidade, bem como pessoal exercendo funções específicas no setor no município, pois os serviços contábeis eram todos terceirizados por profissionais que sediavam e atuavam em Campina Grande ou João Pessoa.

Igualmente a este estudo, Oliveira (2018) observaram em sua pesquisa que umas das principais dificuldades encontradas para implantação das NBCASP foi a rigidez por parte dos funcionários e gestores públicos da área da contabilidade, que não aceitavam mudanças, bem como o número reduzido de pessoas nesse setor para realização do processo de implantação adequada.

Com relação a quais das normas seguintes tiveram maiores dificuldades quanto à sua implantação, as respostas estão expostas no gráfico seguinte.

**Gráfico 01** - Normas que apresentaram maiores dificuldades quanto a implantação



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com o respondente, as normas que apresentaram maiores dificuldades, foram:

- NBC TSP 07 – que trata dos ativos imobilizados, para que sejam apresentados nas demonstrações contábeis informações sobre o investimento da entidade nos referidos ativos, e suas variações. Neste devem ser reconhecidos os ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação, e as perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos.
- NBC TSP 16 – conta com as demonstrações contábeis separadas, para contabilização e divulgação dos investimentos em controladas, em empreendimento controlados em conjunto e em coligadas quanto a elaboração de demonstrações contábeis separadas.
- NBC TSP 21 – A norma trata das combinações no Setor Público, na qual a entidade deve determinar se a transação ou outro evento é uma combinação por meio de aplicação das definições dessa norma, onde descreve-se os ativos e os passivos que constituam uma operação.
- NBC T 16.7 – apresenta os procedimentos a serem realizados sobre as consolidações das demonstrações contábeis, considerando a soma ou a degradação de saldos ou grupos de contas, para ser formada uma unidade contábil consolidada. Nela é possível observar uma visão geral do resultado e da instrumentalização do controle social.
- NBC T 16.11 – esta norma apresenta o sistema regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público a ser apresentado no Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Ela possibilita mensurar os custos para tomadas de decisões quanto ao processo de planejamento, orçamento, controle, execução e outros.

A próxima questão foi sobre se houve a necessidade da contratação de consultoria para a aplicação das normas, na qual foi apresentado que não houve, pois já existia profissional capacitado para realização de tal atualização e adequação, no caso o próprio contador respondente.

Este resultado se assemelha com a pesquisa realizada por Morás e Klann (2018), na qual observou-se que 25 municípios de Santa Catarina dispõem de um contador público para realização de atividades da Contabilidade Pública para se dá o processo de adoção das NBC TSPs em seus respectivos municípios, o que não necessitou de terceirização ou consultoria para implantar as normas.

Já com relação as vantagens obtidas com a implantação deste novo plano, o respondente apresentou que a principal foi o controle e informação nas tomadas de decisões.

Este resultado diverge do realizado por Marques (2017), onde observou-se que a principal vantagem seria que as NBCASP representam o marco de uma nova contabilidade pública, mudando o foco da gestão orçamentária para gestão patrimonial.

O quadro seguinte apresenta perguntas realizadas ao contador que deveria ser apresentado como respostas Sim ou Não, e possíveis motivos das respostas.

**Quadro 04 - Perguntas realizadas ao contador respondente**

PERGUNTA	RESPOSTAS		DESCRIÇÃO
A sua Prefeitura já dispunha de um sistema de Controle do Ativo Imobilizado?	SIM		Falta de servidores capacitados
	NÃO	X	
A depreciação/amortização/exaustão dos bens permanentes está sendo contabilizada no Município?	SIM	X	
	NÃO		
Os bens permanentes existentes no Município encontram-se com os valores atualizados?	SIM	X	
	NÃO		
Segundo a NBC T 16.11, sua Prefeitura já possui um	SIM		Está em fase de implantação

sistema de informação de custos?	NÃO	X	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais imobiliárias estão sendo contabilizadas no Município?	SIM	X	
	NÃO		
Quanto à dívida ativa tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas, as contabilizações estão sendo realizadas?	SIM	X	
	NÃO		
O Município já reconhece e evidencia os créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas?	SIM	X	
	NÃO		
As evidenciações de ativos e passivos contingentes estão evidenciadas sem contas de controle e em notas explicativas?	SIM	X	
	NÃO		
Vocês atenderam às demais ações estabelecidas no Cronograma de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais?	SIM	X	
	NÃO		

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a pesquisa, o município já realiza a depreciação/amortização/exaustão de bens do município, na qual encontram-se com seus valores atualizados. Há semelhanças nos resultados do estudo de Monteiro e Leitão (2019), pois mostraram que a maioria dos contadores respondentes da pesquisa afirmaram que concordam totalmente para que haja o registro de depreciação, amortização e exaustão no setor público, mostrando que sua implantação no município é bastante relevante para tomada de decisões à vida útil e depreciação de ativos.

De acordo com o respondente, existe a contabilização das obrigações por competências que são oriundos de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais no município, bem como a dívida ativa tributária e não-tributária com ajuste de perdas. Ainda, a pesquisa aponta que reconhecem e evidenciam os créditos a receber, encargos, multas e ajustes para perdas, e assim estão de acordo com as NBCASP; e evidenciam os ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas.

Igualmente ao estudo de Oliveira (2018), existe o reconhecimento e mensuração quanto as dívidas do município e estão sendo contabilizadas, bem como a contabilização da dívida ativa tributária e não-tributária e o reconhecimento do crédito a receber e estimativas de crédito para perdas foi implantada desde o ano de 2016. Porém, diverge nesse estudo sobre as evidenciações de ativos e passivos contingentes, pois não estão evidenciados em notas explicativas e nem contabilizados nas contas de controle, e para solucionar tal situação foi realizado reunião com a PGM para estabelecer e definir as contabilizações, com previsão de contabilização a partir do segundo semestre de 2018.

A pesquisa deste estudo ainda evidenciou que há o reconhecimento e o segmento do cronograma de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, e realizam as atividades contábeis para realização da implantação correta e a tempo das NBCASP no município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB.

O Cronograma de Implantação é apresentado pela STN de forma complexa, que deve ser observado constantemente, pois ele sempre passa por revisão e alterações normativas, e diante disso torna-se necessário refletir sobre a implantação das NBCASP nos municípios, para seguir firmemente ao cronograma (OLIVEIRA, 2018).

Por outro lado, o respondente afirmou que o referido município não dispõe de sistema de Controle do Ativo Imobilizado pela falta de servidor capacitado e qualificado para realização de tal tarefa e que a Prefeitura não possui efetivamente um sistema de informação de custos, por estar em fase de teste de sua instalação no setor contábil.

Moura, Nascimento e Viotto (2021) evidenciaram que 57% dos municípios pesquisados não disponham de um sistema de Controle do Ativo Imobilizado, pela falta de investimentos em capacitação de funcionários para se adequarem as constantes mudanças que ocorriam nas normas da contabilidade pública.

O estudo realizado por Oliveira (2018) demonstra que a Prefeitura da cidade de São Bernardo do Campo- SP não possuía um sistema de informação de custos na época de realização da pesquisa, e que esta meta deveria ser iniciada sua implantação no ano de 2019.

Ao ser questionado sobre a percepção do respondente sobre a adesão às NBCASP e sua contribuição para uma administração pública mais transparente e com maior responsabilidade na gestão, este afirmou que há grande contribuição, pois diante do exposto, enfatiza-se a importância da transparência dos atos realizados pelos gestores, tendo em vista que serão registrados junto aos sistemas de informatização, os fatos ocorridos, pelos responsáveis dos diversos setores que compõem a máquina administrativa, possibilitando o acesso fácil e rápido, dos custos da administração pública, tanto aos órgãos fiscalizadores externo, bem como à sociedade.

Oliveira (2018) descreve que as vantagens são recompensadoras, pois além da padronização das contas existe a facilitação da interpretação e análise das demonstrações contábeis que são disponibilizadas, levando o leitor ao entendimento detalhado do patrimônio e dos recursos públicos. Além da transparência e da fidedignidade das informações ao público, que serve como ferramenta de controle para tomadas de decisões assertivas.

## **5 CONCLUSÃO**

O presente estudo possibilitou apresentar um panorama sobre as dificuldades e desafios da implantação das NBCASP no município de São Sebastião do Umbuzeiro, considerando a realidade quanto os trabalhadores atuantes no setor da contabilidade e da controladoria municipal.

As principais vantagens com a conformidade com as NBCASP para o município de São Sebastião do Umbuzeiro estão relacionadas a atuação de acordo com as recomendações das NBC TSP, evidenciando principalmente que sua adesão servirá como fonte de grande transparência dos atos realizados pelos setores municipais, com acesso fácil e rápido, o que possibilita ter veracidade das informações e fiscalização precisa de órgãos externo e pela sociedade em geral. Já os desafios encontrados foram a falta de profissionais atuantes no município, seja pela qualificação como também pela quantidade destes no setor da contabilidade e controladoria do município. Também não existe ainda um sistema de Controle do Ativo Imobilizado pela falta de servidor capacitado e qualificado para realização de tal tarefa e a inexistência de um sistema de informação de custos.

Este estudo teve como limitação a quantidade de profissionais contábeis atuando no setor de contabilidade no município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, o que seria interessante que mais profissionais apontassem sua visão sobre a dificuldades e desafios a serem vencidos para estar em adequação com as NBCASP.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **8º Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público está disponível para consulta**. 2019. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/8o-manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-esta-disponivel-para-consulta/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC n.º 751/93 de 29 de dezembro de 1993, revogada pela Resolução CFC 1.156/2009. **Dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res751.htm#:~:text=RESOLVE%3A,os%20Princ%C3%ADpios%20Fundamentais%20de%20Contabilidade.>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COSTA, A. de J. B.; NUNES, M. V.; ALMEIDA, A. P. de. A aplicação do manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios brasileiros: o caso do município de Cristópolis no estado da Bahia. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 2, 2016.

FEIJÓ, P. H. Entrevista. **Revista TCEMG**. out./nov./dez 2012, p. 15-27.

GAMA, J. R.; DUQUE, C. G.; ALMEIDA, J. E. F. de. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 183-206, 2014.

IFAC. International Federation of Accountants. **Handbook of international public sector accounting pronouncements**. 2012. Disponível em: <[www.ifac.org](http://www.ifac.org)>. Acesso em: 10 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-sebastiao-do-umbuzeiro/panorama>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

LIMA, R. L. de; LIMA, D. V. de; GONÇALVES, J. F. 2017. Adoção das IPSAS pelos Governos dos Países: Harmonização ou Padronização? **Anais do XI Congresso Anpcont**, Belo Horizonte. 2017.

MARQUES, A. P. S.; SANTOS, J. S.; CALADO, J. E. de S; GOMES, J. R.; GOMES, G. R. A. Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: um Estudo sobre o Reconhecimento da Despesa com Depreciação em uma Autarquia Municipal. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 3, p. 246-258, 2018.

MARQUES, L. T. **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: um estudo sobre a implementação em universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestre) – Universidade Federa de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017, 107 f.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP). **Aplicação à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios**. Válido a partir do exercício de 2017. 7ª ed. Brasília: 2017.

MENDES, C. S. **Análise do processo de convergência da contabilidade pública no Brasil às normas internacionais do setor público**. Monografia (Especialização) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019, 80 f.

MONTEIRO, O. H. C.; LEITÃO, C. R. S. Percepção dos contadores do governo do Estado de Pernambuco sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **RAGC**, v. 7, n. 28, 2019.

MOROZINI, D. C.; SOUZA, J. F. de. **Contabilidade Pública**. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2019.

MOURA, T. da S.; NASCIMENTO, R. S. do; VIOTTO, R.. Dificuldades dos municípios da região metropolitana cearense em aderir ao processo de convergência da contabilidade pública: um estudo multicaso. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 13, n. 2, p. 299-317, 2021.

OLIVEIRA, S. C. C. de O. **As Vantagens e Dificuldades na Adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no Município de São Bernardo do Campo – São Paulo**. Monografia (Especialização Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018, 58 f.

PERDIGÃO, F. D.; TELES, P. R.; ROSA, J. R. T. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: O que mudou na divulgação das demonstrações contábeis de acordo com as NBCASP. **Revista Tecer**, v. 12, n. 23, 2019.

ROSA, W. de C. L.; FRAGA, J. D. J.; ROSA, M. P. D.; LEPSCH, M. A. D. S.. Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo de Caso na Universidade Federal Fluminense. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, 2018.

SAUERBRONN, F. F.; SILVA, G. E.. Um Breve Panorama Histórico da Contabilidade Governamental no Brasil: em busca pelo 'novo' na Nova Contabilidade Pública. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 4, n. 1, p. 53-68, 2017.

SEDIYAMA, G. A. S.; AQUINO, A. C. B. de; LOPES, G. B.. A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 2, p. 78-100, 2017.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

ZEFF, S. A. Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. **British Accounting Review**, v. 39, n. 4, p. 290-302, 2007.

## APÊNDICE – Questionário

**Questão 1:** Na implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e do Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público no Município, quais foram as dificuldades encontradas?

- Elaboração plano de implantação das ações
- Leitura de material para implantação
- Alterações e atualizações das normas
- Adequação dos gestores na área de contabilidade
- Jornada de trabalho excessiva de profissionais da contabilidade
- Rigidez por parte dos funcionários e gestores públicos nas mudanças
- Falta de pessoal no processo de implantação
- Outros: \_\_\_\_\_

**Questão 2:** Quais das normas seguintes tiveram maiores dificuldades quanto à sua implantação:

- NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação
- NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação
- NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- NBC TSP 04 - Estoques
- NBC TSP 05 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
- NBC TSP 06 - Propriedade para Investimento
- NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado
- NBC TSP 08 - Ativo Intangível
- NBC TSP 09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
- NBC TSP 10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
- NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis
- NBC TSP 14 - Custos de Empréstimos
- NBC TSP 15 - Benefícios a Empregados
- NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas
- NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas
- NBC TSP 18 - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
- NBC TSP 19 - Acordos em Conjunto
- NBC TSP 20 - Divulgação de Participações em Outras Entidades
- NBC TSP 21 - Combinações No Setor Público
- NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- NBC TSP 24 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- NBC TSP 25 - Evento Subsequente
- NBC TSP 26 - Ativo Biológico e Produto Agrícola
- NBC TSP 27 - Informações por Segmento.
- NBC TSP 28 - Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral.
- NBC TSP 29 - Benefícios Sociais.
- NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)
- NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público



**Questão 3:** Foi necessário a contratação de consultoria para a aplicação das normas?

- ( ) Sim. Porque? \_\_\_\_\_  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 4:** Quais vantagens obtidas com a implantação deste novo plano?

- ( ) Valorização profissional  
 ( ) Gerenciamento das contas contábeis  
 ( ) Controle e informação nas tomadas de decisões  
 ( ) Padronização e interpretações contábeis e relatórios  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**Questão 5:** A sua Prefeitura já dispunha de um sistema de Controle do Ativo Imobilizado?

- ( ) Sim. Que tipo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 6:** A depreciação/amortização/exaustão dos bens permanentes está sendo contabilizada no Município?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 7:** Os bens permanentes existentes no Município encontram-se com os valores atualizados?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 8:** Segundo a NBC T 16.11, sua Prefeitura já possui um sistema de informação de custos?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 9:** Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias estão sendo contabilizadas no Município?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 10:** Quanto à dívida ativa tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas, as contabilizações estão sendo realizadas?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

**Questão 11:** O Município já reconhece e evidencia os créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas?

- ( ) Sim  
 ( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

